

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PETROLINA - PE COM BASE NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Adriana Araújo do Bomfim ¹
Mirtes Ribeiro de Lira ²

RESUMO

Este artigo trata-se de um estudo desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação - Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco *campus* Petrolina. Tem por objetivo analisar como as práticas pedagógicas dos professores, que atuam nas salas de recursos nas escolas municipais de Petrolina - PE contemplam as orientações encontradas nas Estratégias 4.4 e 4.9 da Meta 04 do Plano Nacional de Educação, relativas a avaliação com os alunos do Atendimento Educacional Especializado e ao acompanhamento e monitoramento do trabalho desenvolvido pelo AEE. A metodologia utilizada nesta pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa do tipo descritiva. Participaram desse estudo 16 professores do Atendimento Educacional Especializado, de 08 Escolas Municipais do 1º ao 9º, na zona urbana do Município de Petrolina – PE. Os resultados apontam a necessidade de aprimorar o monitoramento e acompanhamento por parte da Secretaria Municipal de Educação juntos as escolas, nas ações de Educação Especial, durante o processo de ensino e aprendizagem e avaliação do desenvolvimento desses alunos.

Palavras-chave: Educação Especial; Plano Nacional de Educação; Avaliação e Monitoramento.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva deve ser compreendida numa perspectiva ampla e indissociável da organização escolar, pressupondo uma articulação contínua entre o ensino regular e a Educação Especial.

Com o passar dos anos, o Brasil desenvolveu uma série de medidas legais e diretrizes que impulsionaram várias mudanças no cenário educacional Brasileiro quanto à inclusão de

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da Universidade de Pernambuco *campus* Petrolina - UPE; adriana.araujob@hotmail.com

² Docente do Programa de Pós-graduação Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da Universidade de Pernambuco *campus* Petrolina -UPE; mirtes.lira@upe.br

peçoas com deficiência no ensino regular, a exemplo da Política Nacional de Educação Especial de 1994, A LDB de 1996, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva de 2007 e o Plano Nacional da Educação 2014 – 2024, e um dos mais recentes, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Esses e tantos outros documentos apresentam diversas orientações, estratégias para garantir o desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Não adianta, contudo, admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir. Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. A inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais (MANTOAN, 2003, p.31)

Nesse contexto o Atendimento Educacional Especializado – AEE, surge como mais uma estratégia ao enfrentamento às práticas de exclusão no contexto escolar. É muito importante que o profissional de AEE desenvolva parcerias com os professores da sala comum e demais profissionais da escola, a fim de juntos identificar as melhores estratégias de ensino e aprendizagem para desenvolvimento dos alunos que necessitem do serviço especializado. De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, o AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (MEC, 2009)

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

A partir desse contexto apresentamos um recorte da pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Pernambuco *campus* Petrolina que tem como objetivo analisar como as práticas pedagógicas dos professores, que atuam nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas municipais de Petrolina - PE atendem questões relacionadas às orientações encontradas nas Estratégias 4.4 e 4.9 da Meta 04 do Plano Nacional de Educação.

A Educação Especial no Plano Nacional de Educação: 2014-2024

O atual Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014 pela Lei 13.005, constitui um importante planejamento, que apresenta em sua estrutura, diretrizes, metas e estratégias para o direcionamento e concretização das políticas públicas educacionais, visando garantir uma educação de qualidade, equitativa e democrática.

Essa Lei com validade de 10 anos determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, visando à evolução de indicadores na educação do país. Este documento dispõe de 20 metas, e cada uma dessas metas, é composta por estratégias que devem ser cumpridas pela União, Estados e Municípios no prazo de vigência desse Plano que é de 2014-2024. Em se tratando da Educação Especial, o PNE prevê na Meta 04:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A referida Meta dispõe de 19 estratégias que versam sobre matrícula, adequações arquitetônicas e pedagógicas, recursos humanos e materiais, formações para os profissionais da educação, pesquisas, monitoramento, avaliação, e parcerias intersetoriais. No entanto para a realização desse estudo foram selecionadas as Estratégias 4.4 e 4.9, que abordam questões referente a garantia do Atendimento Educacional Especializado à alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica e no tocante ao acompanhamento e monitoramento do AEE, bem como o desenvolvimento escolar desses alunos na rede regular de ensino, conforme descritas abaixo:



4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

Nessa perspectiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem um importante papel, na efetiva participação e desenvolvimento dos estudantes com deficiência na escola.

Para que o AEE ocorra de forma efetiva é necessário o envolvimento e mobilização de toda a equipe escolar, bem como o suporte e acompanhamento técnico e pedagógico no âmbito da Gestão Escolar e das Secretarias de Educação, como forma de garantir as melhores condições no processo formativo aos alunos com deficiência, bem como identificar os avanços alcançados e os aspectos que necessitam de melhorias.

Desenvolver uma educação inclusiva perpassa além de questões legais, por questões organizativas, éticas e atitudinais. Não basta garantir a ampliação de matrículas, garantir estrutura e recursos necessários, é importante que os alunos estejam de fato participando da dinâmica escolar, sendo os protagonistas no processo de ensino e aprendizagem.

Nas redes de ensino público e particular que resolveram adotar medidas inclusivas de organização escolar, as mudanças podem ser observadas sob três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação; o das ações no sentido de efetivá-la nas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação de professores; e, finalmente, o das perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir da implementação de projetos inclusivos (MANTOAN, 2003, p. 31).

Esse tipo de ação educativa evidencia o sentido real de uma educação pensada para todos, numa perspectiva inclusiva.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritivo, que segundo Gil (2005) esse tipo de estudo tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Para a coleta de dados foi aplicado um questionário com 14 questões a 16 docentes da rede municipal de ensino de Petrolina - PE, que no momento estavam trabalhando no Atendimento Educacional Especializado AEE.

Por se tratar de um recorte da pesquisa, para este trabalho analisaremos a questão 09 que contempla a temática de avaliação do público atendido pelo AEE, na rede regular de ensino e as questões 10 e 12 contemplando a estratégia 4.9 referente ao acompanhamento e monitoramento do AEE. Vale ressaltar que a referida pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética obtendo o CAEE nº 22985019.8.0000.5191

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme as respostas dadas pelos docentes a questão 09, relacionada a Estratégia 4.4, que trata de “como os estudantes com deficiência são avaliados pelos AEE”, os dados indicam pontos comuns entre as respostas dos professores sobre como são realizadas as avaliações dos alunos que são acompanhados por eles, a partir de dois parâmetros: instrumentos e a forma. Em relação aos instrumentos foram citados: relatórios, acompanhamentos sistemáticos, observações, atividades, portfólios, sondagem e fichas de acompanhamentos.

Quanto a forma de como são avaliados, destacaram: contínua, na perspectiva evolutiva, a partir de adaptação, flexibilização curricular. Esses dados permitem algumas reflexões, principalmente quando identificamos que alguns docentes, em torno de 37% se reportaram a forma de a avaliação adaptativa.

De acordo com Bayer (2005, p. 71), a ideia sobre currículo adaptado, significa um “currículo menos alterado possível, preservando o currículo vigente no sistema regular de ensino, porém com suficiente flexibilização para possibilitar adaptações conforme necessidades dos alunos”.

Contudo, ressaltamos a importância da resposta dada por um dos docentes destacando a importância da flexibilização do currículo.



Profa. 10: *Na sala regular o professor deve avaliar de acordo com o que é desenvolvido para o aluno, como também na sala de recursos com o AEE com **flexibilização do currículo** comum e com a confecção dos materiais para cada necessidade.*

Ao se pensar no trabalho pedagógico para os alunos com deficiência, a escola não deve focar apenas nas limitações específicas, mas sim, buscar estratégias que possam contemplar as necessidades e capacidades que cada aluno apresenta. Nessa perspectiva, uma das professoras destaca a necessidade de buscar diversas estratégias diferenciadas.

Profa 08: *São avaliados diariamente, pois o desenvolvimento pode ser a longo ou curto prazo. Observamos também que a nossa construção demanda várias estratégias e tempo para atingir o nível ou objetivo desejado. Considerando que isso pode também não acontecer e aí é necessário começar tudo novamente.*

Contudo, é fundamental que as estratégias pedagógicas desenvolvidas pelos professores de AEE, estejam alinhadas a proposta curricular da escola.

As adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. (MEC, 2003, p. 34)

Essas adequações curriculares devem acontecer em três níveis: Adequação no Currículo Escolar, expresso no Projeto Pedagógico da escola, focando na organização escolar para a estruturação do trabalho pedagógico da sala de aula/ e ou individual. As adequações relativas ao currículo de classe são realizadas pelo professor, na programação das aulas, na organização do tempo, componentes curriculares, procedimentos didáticos-metodológicos e formas de avaliação, sempre focando na participação, integração e aprendizagem do aluno. E por fim, as adequações individualizadas do currículo, destinam-se a avaliação e no atendimento individual do aluno, buscando identificar quais os conhecimentos já construídos pelo aluno, e quais os fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem (MEC, 2003, p. 40)

No tocante as questões 10 e 12 relacionadas à Estratégia 4.9 que trata do fortalecimento ao acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, os dados mostram 50% dos docentes afirmaram que ocorre

acompanhamento pela Secretaria de Educação de Petrolina – PE, porém em forma de relatórios e fichas encaminhados ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPPNE), mas que sentem necessidade de visita *in lócus* e quando acontece é por uma tutora que não dar conta da demanda das dificuldades em trabalhar com os estudantes com deficiência.

Ao tratar do acompanhamento pela gestão da própria Escola, embora os docentes afirmassem que a maioria dos gestores apóia e se mostra preocupada, 25% tem postura “neutra” quando se trata dos estudantes que são atendidos na sala de recursos. Esse dado é preocupante, porque deixa uma mensagem que a “inclusão” desses estudantes é algo a parte a Escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo evidenciam que embora os dados tenham apontado que exista algum tipo de monitoramento por parte da Secretaria Municipal de Educação de Petrolina – PE, junto às escolas com alunos com deficiência no ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado, percebe-se uma fragilidade em vários aspectos que norteiam o monitoramento do desenvolvimento da educação especial. Ao considerar a proposta da Estratégia 4.9 no PNE, verifica-se que as ações de acompanhamento e monitoramento do acesso a escola e ao AEE precisam de um olhar cuidadoso, bem como o cumprimento na íntegra das orientações contidas no PNE.

Diante dessa breve discussão, algumas reflexões são necessárias: Como as políticas educacionais de Educação Especial estão sendo efetivadas na sala de aula? Quais os avanços significativos das estratégias de Educação Especial contidas no Plano Nacional de Educação?

REFERÊNCIAS

BAYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais** Brasília; MEC/SEESP, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Brasília, 2014b.

BRASIL. Lei Federal Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasil. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília; MEC/SEESP, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Livro 1. Brasília, DF, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.